



NÚCLEO DE ESTUDOS **SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE** DO IFSP

QUEM SOMOS

O Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade do IFSP (NUGS) é formado por docentes, técnicos e estudantes. Nossa atuação visa ao combate à violência e à discriminação de gênero. Nossos principais objetivos são promover ações que garantam uma educação inclusiva; estimular a produção científica e a participação das mulheres e LGBTQIA+ no campo da Ciência e na carreira acadêmica; acompanhar e propor ações para o cumprimento das legislações referentes às garantias de direito à vivência de identidades de gênero e sexualidade diversa. Com propostas de práticas formativas e informativas, o NUGS tem como missão sensibilizar a comunidade do IFSP, além de contribuir na construção de uma cultura de respeito à diversidade e um espaço educacional inclusivo e plural.

Nesta edição

Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos na Escola

- A influência da internet na propagação de ódio contra o público LGBTQIA+
- Estudantes do Ensino Médio Integrado publicam capítulo de livro acerca da sexualidade na educação
- Machismo e assédio na indústria musical: o papel das mídias sociais
- Comunidade LGBTQIA+ e Educação. As travestis estão incluídas?
- Nugs: ações em tempos de pandemia

NUGS Indica

- Orientações sobre o uso de linguagem inclusiva e neutra em relação ao gênero

Expediente

Elaborado por
Comunicação NUGS

Organização
Tais Matheus da Silva

Participam desta edição
Agnes Souza, Anderson José de Paula, Eduarda Gomes, Fernanda Raymundo, Flávio Kishigami, Glauber Carvalho da Silva, Guilherme Pereira, Letícia da Silva Paz, Maria Júlia de Campos,

GÊNERO, SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA

A influência da internet na propagação de ódio contra o público LGBTQI+

Eduarda Gomes de Holanda
Guilherme Pereira de Souza
Agnes Cruz de Souza
(IFSP Campus Boituva)

Em 02 de fevereiro de 2021, Eduarda Gomes Holanda e Guilherme Pereira de Souza (discentes concluintes do curso Técnico em Redes de Computadores Integrado ao Ensino Médio) defenderam o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “A influência da internet na propagação de ódio contra o público LGBTQI+” no IFSP Campus Boituva. Em virtude do ensino remoto emergencial (ERE), a apresentação da pesquisa realizada ocorreu por meio da ferramenta de vídeo-chamada Skype.

O trabalho discutiu as vulnerabilidades cotidianas enfrentadas pelo grupo LGBTQI+ observadas a partir do advento da internet, em especial, levando em conta a ampliação de seu acesso e o uso das redes sociais como ferramenta de propagação de ódio, discursos embasados em preconceito, discriminação e formas de violência.

De acordo com os levantamentos e pesquisas realizados, observou-se que

a LGBTfobia disseminada nas redes sociais se destacou, tanto pela naturalidade com que os insultos são proferidos, quanto pela impunidade com que se lida diante da exposição de discursos de ódio na internet.

O artigo analisou quais seriam os fundamentos dos discursos com natureza LGBTfóbica presentes nas redes sociais. Também apontou as possíveis razões para a persistência desses discursos, como são reproduzidos e debatendo o porquê de a impunidade ser uma realidade nessa esfera de comunicação social. Os resultados da pesquisa foram produto de revisões bibliográficas sobre o tema, de análise de posts das redes sociais, além de levantamentos estatísticos e analíticos de questionário aplicado na comunidade escolar acerca da percepção a respeito dos discursos de ódio, violência e como enxergam os sistemas punitivos a tais práticas.

A pesquisa de TCC foi o primeiro trabalho acadêmico dos discentes Guilherme e Eduarda. Ambos relatam que foi a oportunidade de desenvolver as suas habilidades de escrita e pesquisa, além da familiarização com a leitura de artigos científicos e outros trabalhos formatados na linguagem acadêmica. Conforme destacaram:

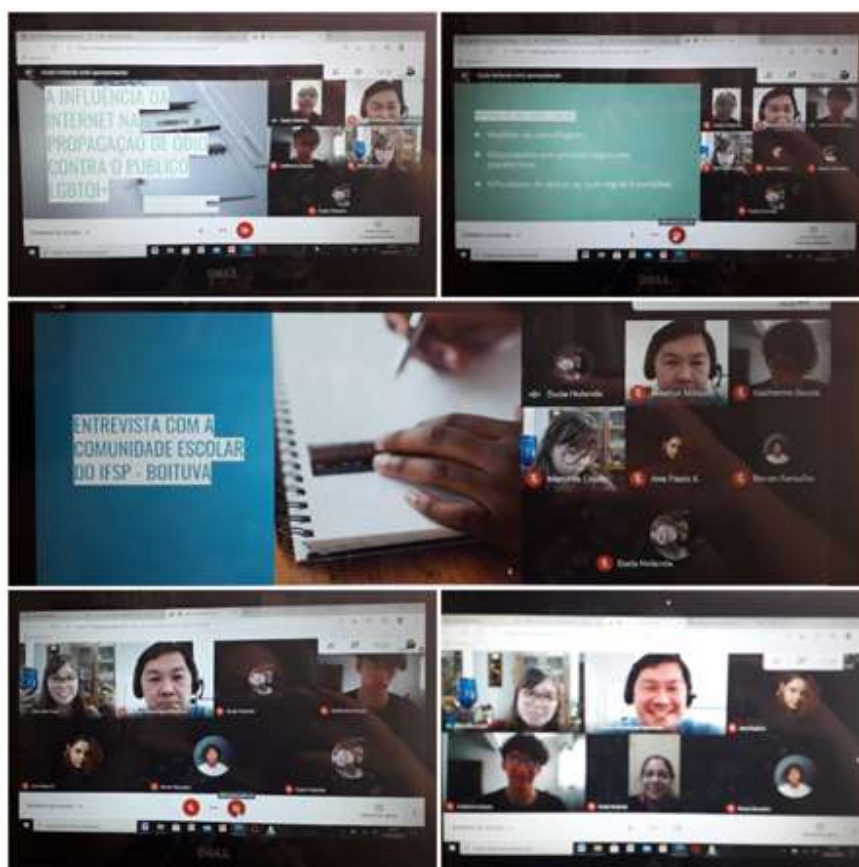
GÊNERO, SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA

“(...) do começo até a finalização da pesquisa, foi possível observar que o desempenho melhorou muito ao desenvolver o artigo”.

O trabalho de conclusão de curso permitiu que um tema atual, que se mostra relevante socialmente, fosse explorado. Além disso, as várias facetas da LGBTfobia e as suas motivações puderam ser apontadas, o que contribuiu para descobrir o porquê da naturalização da LGBTfobia ser tão presente nas mídias sociais. Por fim, os dados coletados para a pesquisa e em

seguida apresentados, poderão contribuir no meio científico em outras investigações sobre o tema LGBTfobia e Internet.

A pesquisa teve orientação da docente Agnes Cruz de Souza (Sociologia). A banca avaliadora foi composta pelos docentes Marcella M. Lemos Couto (Língua Portuguesa) e Newton Mitsushigue Kamimura (Arquitetura de Computadores e Redes). Versão parcial do trabalho foi apresentada no 11º Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP (CONICT) em dezembro de 2020. 🏳️‍🌈



Estudantes do Ensino Médio Integrado do Câmpus Votuporanga publicam capítulo de livro acerca da sexualidade na educação

Pedagogo Me. Anderson José de Paula
Glauber Carvalho da Silva
Letícia da Silva Paz
(IFSP - Câmpus Votuporanga)

No início de 2021, os estudantes do Ensino Médio Integrado do IFSP Câmpus Votuporanga Glauber e Letícia começaram a esboçar uma escrita acerca da sexualidade na educação e iniciaram as buscas por chamadas para publicação, porém lhes faltavam um aporte teórico-metodológico para o embasamento da produção. Foi então que recorreram aos estudos de Foucault, no tocante à História da Sexualidade, perpassando por estudiosos da área da Pedagogia, Filosofia e Psicologia na perspectiva da saúde mental e de refutação à LGBTfobia.

Dessa forma, o Pedagogo Me. Anderson José de Paula, representante do NUGS no Câmpus, realizou uma entrevista com os dois discentes: Glauber (3º EMI - Informática) e Letícia (3º EMI - Edificações) acerca deste processo de escrita. A intenção da dupla é disseminar as ideias discutidas no capítulo a fim de buscar rupturas e (des)construções a partir da saúde mental e das transgressões à LGBTfobia.

Qual a motivação para escrever sobre esta temática?

Conversando numa noite, surgiu a informação de que inúmeros países ainda consideram a homoafetividade como um crime e, apesar do Brasil não ter violado institucionalmente os direitos da população LGBTQ+ - visto que na lei está previsto a igualdade -, nosso país ainda conta com um preconceito considerável para com estes, isso nos motivou a pesquisar mais para que pudéssemos fazer algo sobre. Com isso, a sexualidade se tornou pauta de nosso capítulo, englobando o preconceito, as ideias equivocadas e a educação sexual, três teses importantes que nem sempre são discutidas.

Qual a maior dificuldade no processo de escrita?

Certamente, a maior dificuldade foi transcrever tantas ideias e informações de forma coerente. Como foram utilizadas várias fontes, tivemos que pensar muito para que tudo ficasse ligado de forma a estabelecer uma gradação pelo texto, assim, mesmo quem nunca teve contato com o assunto poderia entender perfeitamente o tema. Além disso, prezamos por utilizar a linguagem da maneira mais clara para

GÊNERO, SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA

que não só todos consigam entender, mas também para que não haja duplas interpretações.

Qual a importância desta temática para os alunos do Ensino Médio Integrado no âmbito dos Institutos Federais?

A sexualidade, apesar de ter sido mais discutida no mundo contemporâneo, ainda é motivo de depressão, violência e preconceito. Dessa forma, atingindo os alunos, esperamos que esses se sintam acolhidos, independentemente de sua sexualidade e, se sensibilizem a lutar, tanto pelo fim da LGBTfobia, como pela efetiva educação sexual que, como foi mostrado no capítulo, ajuda as pessoas a se sentirem mais livres, podendo ser elas mesmas. Assim, os IFianos de todo o país, com a comunidade, são convidados para se juntar à luta pela igualdade.

Foucault é bem presente nas discussões trazidas por vocês. Como é “ler Foucault”, sendo alunos do Ensino Médio?

Buscamos, em nossa produção, dialogar com grandes pensadores, como Foucault, que deixaram estudos extremamente importantes, no que se refere ao âmbito da sexualidade. Ele deixa em suas obras uma linguagem complexa para retratar desta temática, de modo que sua leitura deva ser feita diligentemente. No entanto, elas também são fontes fidedignas e muito

ricas para o desenvolvimento da nossa escrita, logo, dedicamo-nos a ler e compreender todo o repertório que é oferecido a todos os leitores.

Falar de sexualidade ainda é tabu? Qual o papel da escola nisso?

Infelizmente, sim. A sexualidade ainda é um grande tabu, os pais não consideram que seus filhos mais novos a possuem, mas, sim, eles a possuem, desde sua nascença. Os professores, por medo de falarem alguma coisa e serem criticados e atacados, acabam se calando diante das dúvidas dos jovens, assim como a sociedade que inviabiliza qualquer discussão sobre o tema. Dessa forma, é importante que a escola entenda a necessidade de se falar sobre a sexualidade, adotando discussões sobre essa e diversas outras questões que procurem sanar as dúvidas dos adolescentes e estabelecer um espaço aberto para que todos possam falar, ensinando o respeito e incitando a quebra de preconceitos, tudo isso se viabiliza pela educação sexual.

Como foi o processo para que o escrito de vocês se tornasse um capítulo de livro?

Após discutirmos sobre igualdade, nossa indignação com o modo como a população LGBTQ+ foi e é tratada se acentuou. Assim, quando ficamos sabendo da publicação de um livro do qual podíamos ter participação, de

GÊNERO, SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA

um livro do qual podíamos ter participação, decidimos que era o momento para trazer a questão da sexualidade e educação sexual para mais perto da população, então, logo começamos a pesquisar e nos aprofundar no assunto. Após organizarmos nossos pensamentos e toda a informação que já tínhamos e as que adquirimos com um trabalho árduo, aplicamos tudo em um texto breve, que se tornou o capítulo de um livro.

discutir sobre sexualidade propiciou-nos empatia para com as pessoas no nosso entorno e permitiu nosso desenvolvimento acadêmico. Desta forma, melhoramos as nossas relações interpessoais. 🏳️‍🌈



Letícia da Silva Paz – 3º EMI Edificações e
Glauber Carvalho da Silva – 3º EMI Informática



DECLARAÇÃO DE ACEITE

A Atena Editora, especializada na publicação de livros e coletâneas de artigos científicos em todas as áreas do conhecimento, com sede na cidade de Ponta Grossa-PR, declara que após avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta editora, o artigo intitulado "A SUBSTANCIALIDADE DA SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL E TRANSGRESSÃO DA LGBTFOBIA" de autoria de "GLAUBER CARVALHO DA SILVA, LETÍCIA DA SILVA PAZ", foi aprovado e encontra-se no prelo para publicação no livro eletrônico "Educação: Minorias, Práticas e Inclusão" a ser divulgado em maio de 2021.

Agradeço a escolha pela Atena Editora como meio de transmitir ao público científico e acadêmico o trabalho e parabeno os autores pelo aceite de publicação.

Reitero protestos de mais elevada estima e consideração.

PONTA GROSSA, 25 de março de 2021.

carta de aceite da editora

Vocês estão no 3º ano do Ensino Médio Integrado e estudam no Câmpus Votuporanga, qual a importância em discutir tal temática para sua formação?

Discutir esta temática é extremamente importante a todos, devíamos propor mais discussões sobre ela em nossos meios sociais, de modo a permitir o desenvolvimento de práticas mais conscientes e respeitadas a toda comunidade LGBTQ+. Para nós, passar a

Informações sobre a publicação

Título do livro

Educação: Minorias, Práticas e Inclusão

Título do capítulo

A substancialidade da sexualidade na educação: impactos na saúde mental e transgressão da LGBTfobia

Link da editora

<https://www.atenaeditora.com.br/>

GÊNERO, SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA

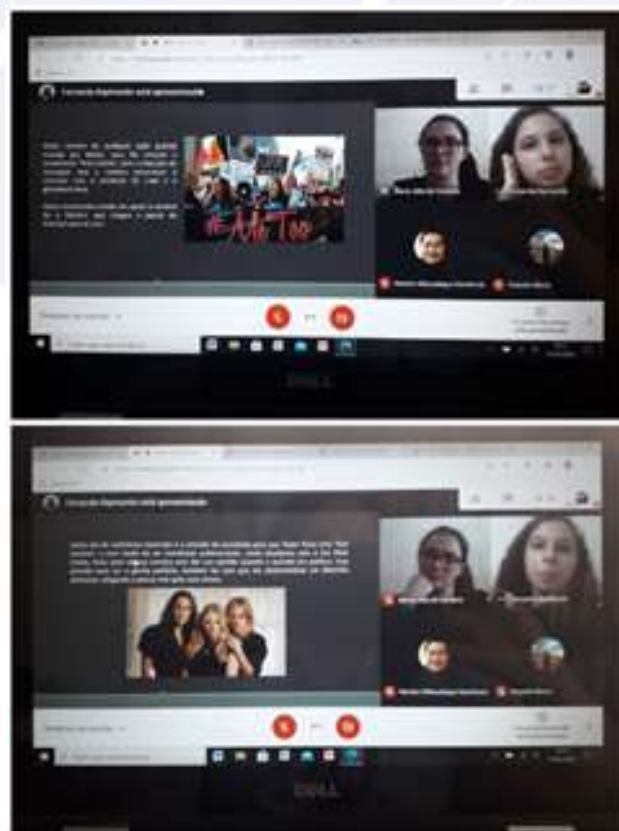
Machismo e assédio na indústria musical: o papel das mídias sociais

Fernanda Vitória Raymundo
Maria Júlia de Campos
Agnes Cruz de Souza
(IFSP Campus Boituva)

Retratando temática em torno das desigualdades de gênero, as discentes do IFSP Campus Boituva, Fernanda Vitória Raymundo e Maria Júlia de Campos apresentaram em 13 de janeiro de 2021 o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) "Machismo e assédio na indústria musical: o papel das mídias sociais" como atributo para a conclusão do curso Técnico em Redes de Computadores Integrado ao Ensino Médio.

O artigo ilustrou como o machismo e assédios praticados na dimensão de atuação da indústria musical são evidenciados por meio das mídias sociais. Segundo as autoras da pesquisa, mulheres sofrem com isso há muito tempo, no entanto, com o avanço da internet, a disseminação de tais práticas foram mais evidenciadas e desse modo, passaram a ganhar maior visibilidade.

O trabalho abordou a forma como as



celebridades lidam com esses problemas e como sua representatividade pode encorajar cada vez mais jovens mulheres. Para isso, mostrou a dimensão, a importância e o impacto que os movimentos feministas possuem para ajudar a mudar o meio social, objetivando tornar o mundo um lugar mais justo e com menores índices de desigualdade que diga respeito ao gênero.

Para a realização do artigo, além de leituras bibliográficas relativas ao tema proposto, as autoras examinaram e discutiram materiais das redes sociais relacionados às


GÊNERO, SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA

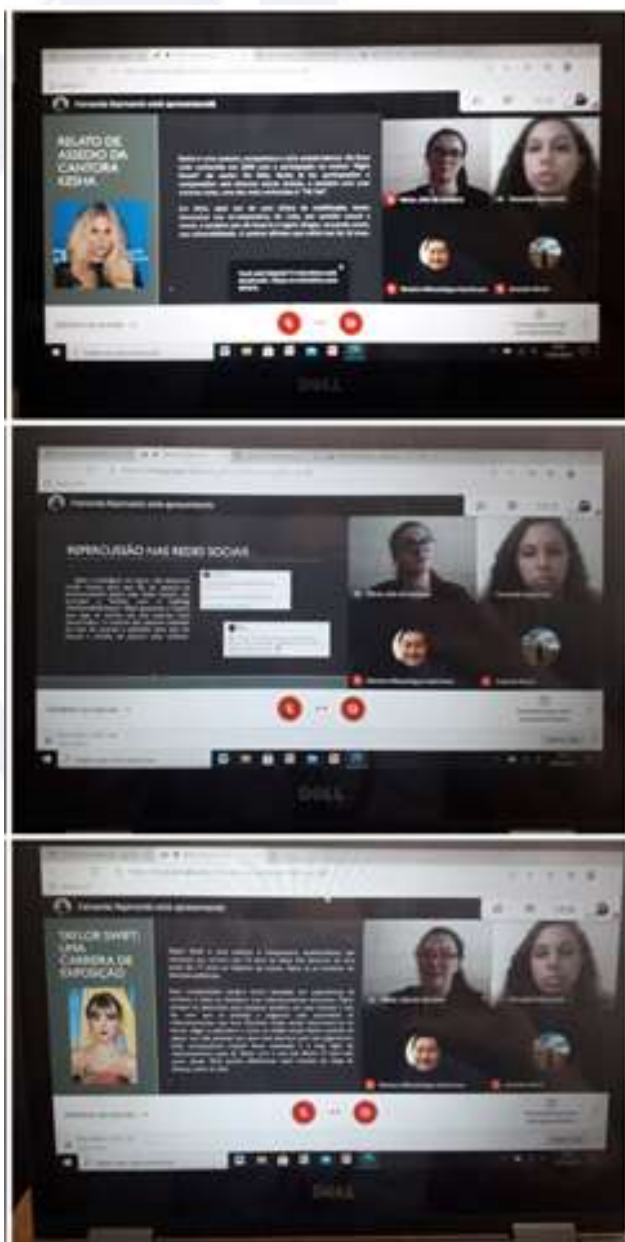
cantoras Taylor Swift e Kesha, ampliando o debate com a análise do documentário Miss Americana lançado pela artista Taylor Swift em 2020.

Maria Júlia Campos relatou que, para ela, poder escrever sobre esse assunto significou muito. Desde criança acompanhou o mundo da música pop e a Kesha estava em suas playlists;

e, como a maioria dos pré-adolescentes, também passou pela fase de ser fã de diversos artistas, mas, para ela, a Taylor é motivo de admiração até hoje. Ela ainda relatou que, ao crescer percebeu que o mundo não é um conto de fadas e foi quando entendeu o que era o machismo e, só partir de então, descobrir o feminismo, tanto através da internet quanto na escola.

Para Fernanda Vitória Raymundo escrever o artigo foi muito importante, tanto para entender mais sobre o machismo, quanto para ver que ele está presente em todas as áreas. Para ela, felizmente, hoje em dia, nós conseguimos ver histórias de mulheres que lutam pelas outras e servem de inspiração pra jovens mulheres como nós. Conclui que esse trabalho foi muito especial e hoje admira ainda mais as mulheres.

A pesquisa foi orientada pela docente Agnes Cruz de Souza (Sociologia) e avaliada por banca composta dos docentes Grazielle Muniz Miranda Hoffart (Geografia) e Newton Mitsushigue Kamimura (Arquitetura de Computadores e Redes). 



GÊNERO, SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA

Comunidade LGBTQIA+ e Educação. As travestis estão incluídas?

Prof. Me. Flávio Daiji Kishigami

Meu primeiro contato com o Centro de Acolhida Especial (CAE) Florescer, ocorreu no ano de 2017 em um evento no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), na unidade Santana, que discutia o acesso das travestis e transexuais nos espaços de educação. Estavam presentes o gerente geral da CAE Florescer e duas mulheres travestis atendidas pela política pública em questão.

A CAE Florescer surge em março de 2016, através da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), com o objetivo de atender as especificidades dessa população; o local possui 30 leitos e proporciona três refeições diárias, oferece encaminhamentos para conferência de documentos pessoais, acesso à saúde e o que me chamou mais a atenção: atividades de lazer, cultura e passeios nos espaços turísticos tendo em vista a reinserção – ou até mesmo a primeira inserção – social.

As mulheres travestis e transexuais em situação de rua até então não conseguiam um acolhimento adequado nos abrigos do município: não eram

aceitas nos abrigos destinados às famílias, eram praticamente expulsas dos abrigos femininos e nos abrigos masculinos além do constrangimento, havia o risco de violência física e sexual.

Na época, eu estava realizando o mestrado na área de turismo e decidi mudar meu tema de pesquisa para analisar esse projeto recém-criado e com um risco considerável de sucateamento ou extinção devido à mudança de gestão na prefeitura de São Paulo.

Por quase nove meses – graças à licença para capacitação do IFSP – trabalhei como voluntário da CAE Florescer, frequentando o espaço quase que diariamente, incluindo os finais de semana. Almoçava e jantava com as mulheres atendidas e auxiliava em qualquer atividade necessária: desde uma faxina por conta da ausência de alguma funcionária, organização de eventos, servir alimentos aos visitantes durante os eventos, arrumação do espaço após os eventos, colaborar nos ensaios das apresentações promovidas pela CAE Florescer, acompanhar as saídas e passeios e até mesmo auxiliar no resgate de alguma das mulheres atendidas na região conhecida como Cracolândia.

GÊNERO, SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA

Outros três meses seguintes me dediquei à observação de campo e na realização de entrevistas com as profissionais do centro de acolhida e com ex-atendidas que adquiriram empregos formais e autonomia financeira.

Uma decisão importante da minha pesquisa foi a de transcrever fielmente as falas das ex-conviventes e isso é resultado de uma reflexão acerca do silenciamento que essas mulheres travestis e transexuais sofreram durante toda a vida. Corrigir ou amenizar os discursos produzidos por elas, seria uma continuidade dessa invisibilização.

Quem vive na CAE Florescer e mesmo quem já saiu dali, chama carinhosamente o espaço de Casa, então a partir desse momento do texto vou utilizar esse termo que é permeado de significado e afetividade. Quem são essas mulheres atendidas pela Casa? Em bibliografias, mas principalmente nas observações de campo e nas entrevistas, constatei que a identidade travesti é construída pela vivência na prostituição, resultado da expulsão de casa por parte da família, na maioria das vezes durante a infância, havendo muitos relatos de que esse processo ocorreu entre os oito até os doze anos de idade. Ainda segundo os relatos, elas ainda crianças acabam re-

bendo abrigo por parte de uma cafetina, uma travesti mais velha que obteve sucesso ao gerenciar o próprio negócio de prostituição, com o objetivo de agenciar novas prostitutas, aumentando assim o fluxo de clientes.

Esse acolhimento inclui moradia, alimentação, vestimentas e o processo de transformação do corpo, que inclui hormônios e aplicação de silicone industrial. As responsáveis por esse procedimento são conhecidas como bombadeiras – que não possuem nenhuma formação técnica, a única qualificação profissional é tempo de prática. Muitas cafetinas também realizam o trabalho de bombadeiras. Todo esse processo gera uma enorme dívida e muitas acabam trabalhando em condições análogas à escravidão por boa parte da vida.

Muitas das mulheres entrevistadas e assim como as conviventes da Casa, preferiam evitar o tema e muitas apenas diziam “cafetina é babado!” e ao ouvirem qualquer assunto relacionado a esse universo, sentiam apreensão e medo, mesmo assumindo que o primeiro trabalho como prostituta e a primeira transformação corporal ocorreu em “casa de cafetina”. Relatos de represálias, que envolviam espancamentos e até mesmo homicí-

GÊNERO, SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA

dio por parte das cafetinas, eram comuns.

Uma das entrevistadas disse que a sua primeira experiência em espaços fora dessa realidade ocorreu graças ao trabalho da Casa e que muitas delas não têm vivências fora desse contexto. Para ela, o encontro entre pessoas que não vivem essa vulnerabilidade e as travestis é de estranhamento:

[...] de início pode gerar um desconforto de você estar com uma pessoa de uma outra classe social que fala totalmente diferente de você, que é uma pessoa extremamente egoísta, que nunca sofreu na vida, porque nunca passou fome na vida, que nunca precisou chupar um pau ou dar o cu pra comer uma marmiteira, mas eu tive que passar por isso; nem por isso eu vou sair condenando todo mundo ou querendo matar todo mundo porque eu tive que chupar e dar o cu pra poder sobreviver.

Mesmo no espaço da Casa, uma política pública voltada para mulheres travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social, elas não estão protegidas dos estigmas e preconceitos sociais, já que a CAE Florescer promove muitos eventos com o objetivo de arrecadar recursos e recebe uma quantidade diária significativa de visitantes, que na maioria das vezes visita o lugar sem nenhum conhecimento prévio da vida dessas mulheres.

[...] o maior ponto negativo na Casa Florescer é que as pessoas, elas vêm visitar a Casa sem conhecimento, então isso fode muito. A psicóloga até tentou fazer um textinho bonitinho falando “olha, trate as pessoas assim, são todas elas, não pergunte do nome civil e tal”, mas meio que ficou em off porque entra e sai pessoa, e nem a psicóloga sabe quando vai entrar e quando vai sair a pessoa. Essa era a coisa mais foda, sabe? Você chegar e a pessoa falar “ah, que não sei o quê”, e todo santo dia você tem que falar “olha, não falo com a minha mãe, fui expulsa de casa, eu me drogo, eu fiz prostituição”. Todo santo dia isso, você falar isso, é meio que chato, cansativo, é, acho que esse é o ponto mais negativo. Não sei se tem a ver com o turismo, acho que tem um pouco a ver por que as pessoas vão visitar a casa, né? Então elas vão como turistas, acho que tem esse aspecto aí.

Segundo o pesquisador Renato Requixa é necessário uma educação para o lazer, já que o nível de escolaridade e opções de lazer são fatores diretamente proporcionais. O professor Ricardo Ricci Uvinha (EACH-USP) afirma que uma maior escolaridade representa uma maior possibilidade de atividades de lazer, porque existe uma relação da educação com a capacidade de identificar e vivenciar as opções de lazer nos espaços, além de produzir o reconhecimento da importância dessas

GÊNERO, SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA

atividades na vida cidadã e isso pode ser observado na seguinte fala de uma das entrevistadas:

[...] eu morava na periferia eu não sabia que existia Pinacoteca, eu não sabia que existia Teatro Municipal, eu não sabia que existia, é, sei lá, o cinema na Avenida Paulista, umas coisas assim que eu não tinha noção de nada... Itaú Cultural, eu não sabia de nada disso, não sabia de nada, não tinha noção de nada, foi um choque de cultura pra mim e eu acho que foi da mesma forma pra essas meninas que vieram da rua, de outras cidades.

Isso também fica evidente na fala da psicóloga da Casa, ela afirma que um local ou uma atividade muito intelectualizada não consegue conquistá-las, pois muitas delas não possuem repertório de vocabulário, muitas vezes básico. Ela exemplifica a partir da fala de uma das conviventes:

Ah, Luiza, eu não sei, eu não gosto de participar dessas coisas que você leva, esses saraus, essas coisas, porque eu não sei, eu não entendo o que eles estão falando porque me perguntaram esses dias, minhas características. Luiza, eu não sabia o que era característica, eu não sabia que era falar que eu era magra, alta, legal, chata.

Em um outro momento da entrevista, a psicóloga expõe um outro exemplo, com outra convivente que não possuía experiência de convívio social fora da

da prostituição de rua:

A gente tava indo pra esse sarau na feira plana e ela começou a chorar. O que tá acontecendo? “Ai, eu não consigo, eu não consigo conversar com as pessoas, é um...” Ela é uma menina de 26 anos que desde os 15 está na prostituição e daí a única coisa que você sabe fazer é seduzir um cara na rua, né? Ficar o tempo todo dublando e tendo que ser alguma coisa e daí quando você sai da prostituição pra tentar entrar no mercado de trabalho, pra tentar entrar numa roda de conversa com pessoas que não são clientes à noite, nem são suas amigas travestis que tão trabalhando com você, ela não sabe, não sabia conversar, atropelava, a gente sentiu que ela tava meio eufórica e daí ela começou a chorar e eu não estava entendendo muito, daí ela começou a dizer assim, “pra mim é muito difícil tá, eu tô insistindo eu gosto quando você me chama pra ir pra esses lugares”, ela chama de palestra, “eu gosto quando você me chama pra ir nessas palestras, eu gosto quando vem gente na casa, de empresa e quer conversar com a gente, porque eu acho que...” falei “é isso!” e você vai, né? Juntando esse monte de conversas e aí você vai criando um repertório pra poder conversar, você tá aprendendo mesmo, como se tivesse aprendendo, né? A conviver em sociedade fora daquele lugar que você sempre esteve que é na noite, na prostituição, conversando com cliente, sabe assim?

GÊNERO, SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA

Além da CAE Florescer, uma outra política pública já havia sido criada na gestão do então prefeito Fernando Haddad, o Transcidadania, que possibilitou que muitas mulheres travestis, trans e transexuais voltassem a estudar. Uma das ex-conviventes mais jovens da Casa, que foi atendida pelos dois programas, conseguiu ingressar no IFSP, campus São Paulo, e o que poderia ser motivo de comemoração, apenas evidenciou que a exclusão desse grupo social ainda persiste e que esses projetos ainda são insuficientes:

[...] Dentro da minha sala de aula, eu não me identificava em nada, só tinha menino da minha idade que saíam e iam pra porta do Instituto Federal com seu carro, pra sua casa, pra sua mansão, ou sei lá que bosta, e eu ia a pé pro centro de acolhimento de noite. E os caras me parando na rua porque ali na Avenida do Estado tem um ponto de prostituição, né? Os caras me paravam na rua pensando que eu fazia programa, e era uma situação totalmente diferente, eu me sentia totalmente fora de contexto aqui e eu tentei ficar ao máximo, tentei me sentir confortável ao máximo, mas chegou num nível que parece que o conhecimento deles, mesmo tendo a idade que eu tenho, era totalmente diferente, eles eram muito mais. Eu cresci na periferia, eu estudei em escola pública o tempo todo, o conhecimento que eu tinha em Física era quase nada, porque eu não tinha professor de Física. E os caras

chegam manjando e tudo, e você se esforça dez vezes mais, e aí tem material pra comprar, você se inscreve pra programas de auxílio e tal, mas demora pra caralho pra cair o auxílio, metade no ano, você tem que comprar um monte de coisa senão você não ganha nota, e aí não tem como você manter. Não tem como você continuar, você vem, vem, vem, se esforça, mas se você não fazer os trabalhos, não ter o conhecimento mesmo, não tem como você ficar.

É necessário repensar urgentemente as práticas pedagógicas por parte de nós professoras/professores e educadoras/educadores, assim como políticas de inclusão e permanência por parte das instituições se quisermos ter uma educação verdadeiramente democrática e inclusiva.

Muitos pesquisadores e acadêmicos analisam essa questão sob um viés classista. Diversas vezes o uso da autodefinição dessas mulheres travestis – construída por elas e através das suas vivências de exclusão social, econômica e geográfica – resulta em polêmicas e acusações. Essas pessoas (cis e trans), muitas que se autodenominam pós-estruturalistas, afirmam que “gênero já foi superado, atualmente é algo fluído e essas definições não têm mais sentido” ou “isso que você apresenta é uma descrição estigmatizadora e mostra a sua visão preconceituosa e rotuladora a respeito das pessoas trans”. Contudo, res-

GÊNERO, SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA

salto que utilizo em minha pesquisa a autodefinição apresentada por essas mulheres travestis.

Minha leitura a respeito dessas reações é que o debate sobre gênero é aceito na academia contanto que contemple um determinado recorte de classe, pois, como podemos teorizar sobre o gênero fluído para um grupo social que não possui liberdade de circular pelos espaços? Que não usufrui de fluidez espacial? Se na sigla LGBTQIA+, as pessoas trans são as que estão mais sujeitas às vulnerabilidades, as travestis, como as atendidas pela Casa, são apenas lembradas como objetivo de estudo, ou pior, como “atração turística” como afirmou uma das entrevistadas.

É óbvio que a transfobia atinge a todas as pessoas T, entretanto, o acesso a uma educação formal de qualidade e cultura, que resulta em capital simbólico e social, acaba por tornar qualquer pessoa tolerável. O único depoimento e exemplo de uma mulher travesti que conseguiu acessar uma instituição pública de ensino superior na minha pesquisa, não conseguiu finalizar um semestre sequer.

Tive notícias recentes de uma das minhas entrevistadas: ela está finalizando o curso de Serviço Social em uma faculdade privada; soube através de uma amigo que ministra aulas nessa instituição e me convidou para realizar uma aula online na

mesma turma que em que ela estuda. Nesse mesmo dia ela elogiou e agradeceu o acolhimento espetacular por parte dos educadores e dos colegas.

Ela finalizou dizendo que antes da CAE Florescer, a maior possibilidade de ascensão social na vida dela era se tornar uma cafetina, e que hoje, graças às políticas públicas voltadas para as mulheres trans, travestis e transexuais, ela conseguiu ir além dessa realidade e que se vê como uma assistente social que vai auxiliar outras “manas” a trilhar o seu caminho. A educação – seja ela formal ou não – pode e deve ser transformadora, mas para que isso ocorra, ela deve ser verdadeiramente inclusiva, considerando todas os aspectos transversais que envolvam os educandos, porque como diria Paulo Freire: “Me movo como educador, porque, primeiro, me movo como gente”.



Para conhecer mais sobre a pesquisa do Professor Flávio Kishigami, acesse a entrevista concedida ao programa

Gaia Connection:

<https://www.youtube.com/watch?v=WwZGtZE4rDQ&t=2940s>

NUGS: AÇÕES EM TEMPOS DE PANDEMIA

“Quando falamos temos medo de que as nossas palavras não vão ser ouvidas ou bem-vindas. Mas quando estamos em silêncio, ainda temos medo. Por isso é melhor falar.”

Audre Lorde

O ano de 2020 foi um grande desafio para todas, todos e todes. Para nós do Núcleo de Estudos Sobre Gênero e Sexualidade do IFSP não foi diferente. Com o acirramento da pandemia por Covid – 19, em março, foram suspensas as atividades presenciais e muito do que havíamos planejado precisou ser repensado. O desafio de encontrar caminhos e nos adaptarmos às atividades remotas foi enorme. Muitas e muitos de nós não dispunha com a proficiência necessária dos conhecimentos e habilidades para lidar com as plataformas digitais, tampouco com o redimensionamento do significado de “ficar em casa”.

Mas o NUGS nasce da disposição para desafiar os obstáculos e essa parece ser uma característica de cada uma e cada um de suas/seus membras/os. Por isso, apesar de toda a dificuldade, o núcleo tem muito que dizer sobre o seu trabalho em 2020. Foram muitas reuniões online, pelo menos uma por mês, mas houve momentos em que foram necessárias duas e até três reuniões gerais, além daquelas realizadas pelos grupos de trabalho específicos. Abaixo, apresentamos um

apanhado geral do que foi possível realizar nesse ano.

- Realização de chamada trimestral para publicação de textos no Boletim NUGS, que dispõe de registro no Instituto de Informação em Ciência e Tecnologia (ISSN), disponível em:

https://www.ifsp.edu.br/images/pdf/Nucleos/Nugs/Boletim_NUGS_32020.pdf

- Participação em evento da Pró-Reitoria de Ensino sobre Currículo de Referência, disponível em:

<https://www.ifsp.edu.br/ex-alunos/17-ultimas-noticias/1273-pre-realizara-formacao-sobre-temas-transversais-para-os-curriculos-de-referencia>

- Publicação, após extenso debate, de carta à comunidade sobre Currículo de Referência, disponível em:

https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Nucleos/Nugs/Notacurriculo_de_referencia2019_-_revisado.pdf

- Elaboração e divulgação de cartilha sobre assédio nas organizações, disponível em:

NUGS: AÇÕES EM TEMPOS DE PANDEMIA

<https://www.ifsp.edu.br/ultimas-noticias/1788-nugs-divulga-cartilha-sobre-assedio-nas-organizacoes>

- Participação, em parceria com o SINASEFE – SP, na realização de pesquisa sobre as condições de trabalho das servidoras e servidores do IFSP em tempos de pandemia da Covid-19, disponível em:

<https://sinasefesp.org.br/respondaoque-stionario-segunda-etapa-da-pesquisa-condicoes-de-trabalho-no-ifsp-em-tempos-de-covid-19/>

- Participação na Comissão de Planejamento e Análise Estratégica no período de Calamidade e Excepcionalidade (COMPARECE), disponível em:

<https://ifsp.edu.br/acoes-e-programas/9-reitoria/1334-comite-de-cri-se-covid-19>

- Constituição de comissão e realização de chamada pública para novas/os integrantes, disponível em:

<https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/9-assuntos/reitoria/311>

- Levantamento bibliográfico e de outros materiais de referência para recomendar aos acervos das bibliotecas dos câmpus, disponível em:

<https://www.ifsp.edu.br/images/pdf/PRX/Indicaes-de-Materias-para-trabalhar-Gnero-e-Sexualidade-1.pdf>

- Participação em discussão sobre o Festival Entretodos e sobre a realização de Curso de formação sobre Direitos Humanos na Educação.

- Participação em grupo de trabalho sobre formação das bancas de heteroidentificação.

- Realização de formação sobre as possibilidades didático-pedagógicas do trabalho com a série Sex Education, com a professora Agnes Cruz de Souza, do Câmpus Boituva, disponível em: NUGS - IFSP • Conferência Web (rnp.br)

- Realização de formação sobre linguagem inclusiva e linguagem neutra, com o professor Silas Luiz Alves Silva, do Câmpus São Miguel Paulista, disponível em:

<https://web.microsoftstream.com/video/72b7487e-8a87-479b-827a-f43ee00cc5eb>

Além disso, a partir de 2020, as atividades do núcleo foram sistematizadas na forma de grupos de trabalho (GT) que assumiram tarefas mais direcionadas. Os GTs são os seguintes, com suas respectivas tarefas:

NUGS: AÇÕES EM TEMPOS DE PANDEMIA

GT do REGULAMENTO

Responsável por estudar o regulamento atual, considerando a legislação vigente, e propor uma minuta de atualização do mesmo. O regulamento revisado foi recentemente aprovado em reunião geral, no dia 26 de janeiro de 2021, e encaminhado para homologação pela reitoria.

GT de FORMAÇÃO

Este GT é responsável por criar, propor, mediar e subsidiar situações de formação internas e externas ao núcleo.

GT de COMUNICAÇÃO

Responsável pelo boletim do NUGS e seus canais virtuais de comunicação, em articulação com o departamento de comunicação do IFSP. Destaque para as postagens de qualidade estética e conceitual que são produzidas.

GT do CURRÍCULO DE REFERÊNCIA

Tem o objetivo de acompanhar, representar e encaminhar as demandas do NUGS nas instâncias que estão trabalhando com o CR.


GT de ACOLHIMENTO

Com o objetivo de acolher e amparar as pessoas vítimas de assédio, encaminhando suas demandas, o GT de acolhimento representa uma preocupação com a forma de lidar com as demandas que chegam até o NUGS, preservando a identidade das pessoas e procurando formas mais promissoras de encaminhar casos complexos, mas também ajudando a encontrar formas de fazer com que todas e todos se sintam acolhidas/os no IFSP.

GT do DOCUMENTO ORIENTADOR

Este GT é responsável por elaborar um documento que contenha os princípios e valores ético-políticos que deverão referenciar as abordagens, discursos e práticas do núcleo. Este documento está em fase de conclusão, será um importante referencial teórico para o núcleo.

A página oficial do NUGS está linkada à página da reitoria e lá você tem acesso às notícias, documentos oficiais e outras publicações relativas ao núcleo e às questões sobre gênero e sexualidade:

 <https://www.ifsp.edu.br/acoes-e-programas/106-reitoria/conselhos-e-nucleos/311-nucleo-de-estudos-sobre-genero-e-sexualidade-nugs>

 nugs@ifsp.edu.br; nugs.acolhimento@ifsp.edu.br; comunicanugs@ifsp.edu.br

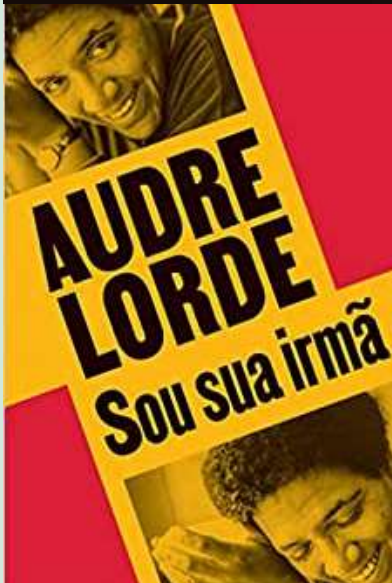
 @nugs.ifsp



Meu nome é Jacque (Documenta Filmes, 2016)

Direção: Angela Zoé

Neste documentário a diversidade é narrada a partir da trajetória de Jaqueline Rocha Côrtes, uma mulher transexual brasileira, que vive com Aids há mais de 20 anos. Militante pela causa, Jacque tem a vida marcada por lutas e conquistas, chegando a trabalhar como representante do governo brasileiro e na Organização das Nações Unidas.



Sou sua irmã: escritos reunidos

(Ubu, 2020)

Autora: Audre Lorde

O livro reúne textos esparsos e inéditos, da poeta e ativista Audre Lorde. Por meio de ensaios, aulas, palestras, textos de apresentação e um diário íntimo, Lorde apresenta seu pioneirismo na abordagem interseccional no feminismo, em que colocava no mesmo plano a opressão e a dominação de mulheres, homossexuais, populações racializadas e despossuídos de todo o mundo.



A origem do mundo: uma história cultural da vagina ou a vulva vs. o patriarcado (Quadrinhos na Cia, 2018)

Autora: Liv Strömquist

Ao esquadrihar nossa história cultural, a cartunista sueca Liv Strömquist lança mão de um humor afiado e expõe as mais diversas tentativas de domar, castrar e padronizar o sexo feminino ao longo da história. Ela transita pelos mitos gregos, livros de biologia, psicanálise, contos de fadas, mitologia hindu e muito mais para tecer uma crítica hilária, libertadora e instrutiva sobre o sexo feminino.

Orientações sobre o uso de linguagem inclusiva e neutra em relação ao gênero

“Em um mundo onde a linguagem e o nomear as coisas são poder, o silêncio é opressão e violência”.

Adrienne Rich

“Engessar uma pessoa em condição não equivalente à sua identidade de gênero é deslocar-se na contramão da genuína ideia de justiça, deixando de oferecer a todos(as) o que é seu por direito, limitando suas realizações e a busca da felicidade”.

OAB - Conselho Federal

Considerando a conjuntura atual de empoderamento de negacionistas e fundamentalistas, que fortalece o recrudescimento em defesa de suas ideias nas quais grupos e setores da sociedade tentam intimidar e interditar a liberdade de cátedra; em que podemos observar um expressivo aumento da violência contra a mulher e contra as pessoas LGBTQIAPN+, num cenário de flagrantes retrocessos na defesa dos direitos de grupos minoritários e mais vulneráveis, que demanda a urgente defesa da vida e dos direitos fundamentais de todas as pessoas, independente de seus credos, orientação do desejo ou modos de ser e viver sua sexualidade, é importante que se estabeleçam prioridades e que tenhamos uma atitude franca e inquestionável diante do que ameaça a dignidade humana.

Assim, o uso da língua é também uma maneira de experienciar o nosso dizer que não acontece no vazio e se inscreve no cenário histórico em que vivemos. Mesmo quando se configura como comunicação formal e não coloquial, ela é a materialização de nossas ideias, nossa cultura e princípios éticos. Dessa forma, é compreensível que, na construção de um conjunto de códigos e palavras mais abrangente, de uma instituição que inclua mais do que exclua, procuremos utilizar termos e expressões que, além de não serem ofensivos e causarem dano e/ou sofrimento, promovam essa cultura com o sentido de integrar, não seu oposto. O estranhamento quando utilizamos uma linguagem inclusiva e/ou neutra em termos de hierarquia de gênero, pode revelar a dificuldade em lidar com a diversidade e com a escolha pela cultura da inclusão e combate ao preconceito homotransfóbico. Reiteramos que, o fato de vivermos numa sociedade que diferencia e discrimina, como a brasileira, não se dá inicialmente com o uso da linguagem, mas é anterior a ela e está inserida no meio social, no entanto, tais aspectos se refletem na língua e em posturas hostis quanto à sua utilização de forma

Orientações sobre o uso de linguagem inclusiva e neutra em relação ao gênero

mais abrangente. Não há soluções óbvias, no entanto, a linguagem deve ser inclusiva e agregar diferentes grupos sociais.

Com o objetivo de ampliar o debate, destacamos algumas referências legais e estudos sobre a temática:

Como apontou recentemente o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em decisão proferida pela juíza Vânia Petermann (Apud G1, 2021), o reconhecimento da necessidade de encontrar formas neutras de nomeação está ancorado em dados históricos, antropológicos, sociológicos, filosóficos, biológicos, psicanalíticos e psicológicos, não parte de um capricho pessoal ou de um modismo de menor valor. Neste sentido, é promissor destacar aquele que, na agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), corresponde ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, que em seus desdobramentos delinea:

5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte / 5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos [...] 5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres / 5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis (ONU, 2015).

Da mesma forma é pertinente salientar:

1. os Princípios de Yogyakarta:

Adotarão todas as medidas legislativas, administrativas e outras que sejam necessárias para garantir o acesso à educação em condições de igualdade e tratamento igual aos alunos, funcionários e professores do sistema educacional, sem discriminação em razão da orientação sexual ou identidade de gênero. (YOGYAKARTA, 2006) (tradução nossa)

2. a Constituição Federal, art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e

Orientações sobre o uso de linguagem inclusiva e neutra em relação ao gênero

comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988);

3. o Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 3º:

a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990);

4. o Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Destacamos ainda o fato de instituições como o Parlamento Europeu reconhecerem a pertinência e a urgência da adoção de uma linguagem mais equitativa em relação ao gênero, elaborando, em 2008, documento sobre o assunto em que dedica toda uma sessão à Língua Portuguesa. Outro exemplo oportuno é o documento do governo do estado do Rio Grande do Sul, intitulado “Manual Para o Uso Não Sexista da Linguagem: o que bem se diz bem se entende”, que, ancorado em estudos consistentes em diversas áreas, estabelece formas de enunciação e de utilização da língua que são mais equânimes e menos machistas.

Todo aparato legal e teórico que justifica o empenho na adoção de discursos e práticas, inclusive as discursivas e linguísticas, menos discriminatórias, especialmente aquelas relacionadas ao gênero, assenta-se no reconhecimento de alguns fatos, que, a despeito de todo esforço no sentido contrário, que tenta dissimular, ocultar e silenciar, são facilmente constatados:

1. As mulheres e meninas historicamente são vítimas de uma cultura patriarcal, machista e heterossexista, centrada em formas de marcar o gênero que representam a subordinação da mulher ao homem;

Orientações sobre o uso de linguagem inclusiva e neutra em relação ao gênero

2. Diferenças biológicas e de expressão de gênero não autorizam tratamento desigual e privilegiado para os homens, especialmente no contexto normativo de um Estado Democrático de Direito;
3. Pessoas que não se identificam nos limites do binarismo homem-mulher são uma realidade e têm o direito de serem consideradas, especialmente no espaço da escola pública, que deve prezar pela laicidade, pelo acolhimento da diversidade e pela promoção do pluralismo de ideias;
4. A violência contra as pessoas LGBTQIAPN+, assim como contra as mulheres, é uma realidade que não pode ser temporizada, o feminicídio e o assassinato de pessoas travestis e trans é uma mácula escandalosa em nossa história e não podemos compactuar com isso em função de preciosismos linguísticos e caprichos de ordem pessoal que, muitas vezes escondem concepções fundamentalistas, sectárias e preconceituosas;

Se devemos valorizar e preservar a riqueza de nossa língua, também é crucial que ela não se resuma à sua dimensão formal e tampouco desvalorize e exclua a possibilidade de sua transformação e aprimoramento. A utilização da chamada norma culta da língua por si só já encerra uma série de desafios, alguns inclusive relacionados ao preconceito linguístico implícito e/ou explícito com base na classe ou no racismo estrutural. A língua e seus falantes precedem às normas constitutivas da gramática e da variedade culta, de modo que não nos convém achar que, por tratar-se da “norma culta”, não há espaço para a crítica e a necessidade de aperfeiçoamento e transformação.

Consideramos curiosa a facilidade com que em geral são aceitos estrangeirismos como: ao invés de se falar e escrever “centro de ligações”, escreve-se e fala-se Call Center; ao invés de se falar “prazo, espaço de tempo”, se diz e nomeia-se deadline, ao invés de “gerente, diretor”, usa-se CEO, etc. Convém nos questionarmos porque determinadas variações são aceitas com tanta facilidade, enquanto a resistência à adoção de formas mais neutras e inclusivas em relação ao gênero causam oposição tão contundente. Seria preconceito radicado no fundamentalismo étnico-religioso?

Para compreender e aceitar o esforço na direção de uma linguagem mais inclusiva e neutra em relação ao gênero, é necessário nos despirmos de nossos preconceitos e olharmos para a realidade demarcada pelo sofrimento de muitas pessoas que se mate-

Orientações sobre o uso de linguagem inclusiva e neutra em relação ao gênero

realizam pela e na língua. Como afirma Pêcheux (2012 [1971], p. 129), “o processo de enunciação resume mecanismos intrínsecos à base que representam uma tomada de posição do ‘sujeito falante’ em relação às representações das quais ele é suporte”. Ou, como indica Gadet (2012 [1971], p. 102): “[...] as regras da língua devem ser vistas como intrinsecamente possibilitadoras dos jogos ideológicos e das latitudes discursivas.”

Ainda, de acordo com SCHWINDT (2020, p. 19), dentre os muitos papéis da Linguística, seguramente está o de entender como a mudança se processa e “(...) sendo ciência, embora não lhe caiba qualquer tipo de prescrição sobre condutas verbais, tem compromisso inegociável com o entendimento das diferenças” e o autor destaca que o significativo conjunto de estudos sobre uso inclusivo e marcação neutra de gênero no português pode oferecer importante contribuição.

O fato de existir uma norma, uma gramática da língua, não significa que ela se resume a isso. Nossa língua vai muito além e comporta múltiplas formas de vivê-la e materializá-la no dizer, formas que vão desde a singularidade impressa por cada falante/escritor, passa pelos regionalismos e jargões das áreas do conhecimento para desaguar em uma história profunda, ampla, complexa e dinâmica. Não devemos fazer concessões a abordagens reducionistas da língua que diminuem a sua historicidade, o seu dinamismo, através de interditos e entreditos que tentam satisfazer caprichos e privilégios de grupos fundamentalistas e preconceituosos, com interesses insidiosos nem sempre explicitados.

Encaminhamentos:

1. Chamar o/a reclamante para esclarecer a fonte de seu descontentamento com a linguagem utilizada e orientar quanto à escolha pela educação inclusiva e à cultura organizacional do IFSP de promover o espaço da escola como público, laico, múltiplo, que acolhe a diversidade e promove o senso crítico como forma de emancipação humana.
2. Fazer indicação de leituras e outros materiais (leis, livros, periódicos, vídeos, etc.). O NUGS dispõe de um acervo em sua página que pode ajudar para esse fim.
3. Promover encontros de formação que discutam o tema com pessoas devidamente preparadas para mediar a discussão (mais uma vez o NUGS pode auxiliar).

Orientações sobre o uso de linguagem inclusiva e neutra em relação ao gênero

4. Indicar a participação em curso de formação e de educação em sexualidade.
5. Convidar a pessoa para participar de momentos de discussão no câmpus.
6. Assegurar à pessoa que ela será tratada, quando a comunicação for especificamente dirigida a ela, conforme o gênero que ela acha mais adequado, mas isso não implica, necessariamente, manter uma linguagem desigual e sexista, tampouco significa negar que nossa língua é marcada pela dominância do masculino que precisa ser combatida, entre outras ações, se quisermos promover a equidade prevista na cultura organizacional do IFSP.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18 abril 2021.

BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 18 abril 2021.

GADET, Françoise. Língua inatingível. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 3.^a ed. Campinas: Pontes Editores, 2012 [1991]. p. 93-105.

G1. Justiça de SC reconhece que pessoa pode se declarar com gênero neutro. **G1 Santa Catarina**, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/04/12/justica-de-sc-reconhece-direito-de-pessoa-se-declarar-com-genero-neutro.ghtml>>. Acesso em: 18 abril 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende. **MIOLO - Manual para uso não sexista da linguagem.indd**, 2014. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf>. Acesso em: 18 abril 2021.

Orientações sobre o uso de linguagem inclusiva e neutra em relação ao gênero

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 18 abril 2021.

PAINEL INTERNACIONAL DE ESPECIALISTAS EM LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS E EM ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO. Princípios de Yogyakarta. **Princípios de Yogyakarta**, 2006. Disponível em: <<https://www.refworld.org/cgi-bin/tehis/vtx/rwmain/opendocpdf.pdf?reldoc=y&docid=48244e9f2>>. Acesso em: 18 abril 2021.

PARLAMENTO EUROPEU. **Linguagem neutra do ponto de vista do gênero no Parlamento Europeu**. GNL_Guidelines_PT-original.pdf, 2018. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/187108/GNL_Guidelines_PT-original.pdf>. Acesso em: 18 abril 2021

PÊCHEUX, Michel. **Língua, linguagem e discurso**. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). Análise de Discurso: Michel Pêcheux. 3.^a ed. Campinas: Pontes Editores, 2012 [1971]. p. 121-129.

SCHWINDT, L. C. Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. **Revista da ABRALIN**, v. 19, n. 1, p. 1-23, 17 nov. 2020.

Estas orientações foram produzidas por uma comissão interna do NUGS e sancionada integralmente em reunião geral, do dia 11 de maio de 2021.